



A  
M  
F.

## Anexo em 31 de dezembro de 2018

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

As notas explicativas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no SNC-AP sendo que aquelas, cuja numeração, não existe não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

#### 1. Identificação da entidade e período de relato

O Instituto Politécnico de Castelo Branco tem a sua sede na Av. Pedro Álvares Cabral, n.º 12 – 6000-084 Castelo Branco.

Endereço de correio eletrónico: [expediente@ipcb.pt](mailto:expediente@ipcb.pt)

Telefone: 272339600

Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC): 504 152 980

CAE: 85420 – Ensino Superior

O IPCB foi constituído formalmente em 1979-12-26 e rege-se pelos seus Estatutos publicados pelo Despacho Normativo n.º 58/2008, de 6 de novembro de 2008 e pelo RJIES.

O Instituto Politécnico de Castelo Branco tem como missão a qualificação de alto nível dos cidadãos, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes num quadro de referência internacional, conforme previsto no Art.º 1.º dos seus Estatutos.

*A  
N  
R*

Conforme disposto no art.º 3.º dos Estatutos, o IPCB é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, face ao Estado.

O código da classificação orgânica do Instituto Politécnico de Castelo Branco é o 09 1 03 55 00 e está sob tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Enquadramento no Sector Público: Administração Central

Forma jurídica / tipo societário: Fundo e serviço autónomo, instituto público

Data da escritura de constituição / contrato de sociedade ou diploma de criação: 1979-12-26

Alterações aos estatutos/contrato de sociedade ou acordos parassociais ocorridas no ano em apreço:

Não

É entidade pública reclassificada de acordo com as listas anuais do INE: Não

É entidade pública concedente? Sim

É entidade concessionária /subconcessionária (pública ou privada)? Não

Verifica-se que à data de 31 de dezembro o IPCB contava com um total de 625 trabalhadores:

Carreiras	TOTAL
Dirigente 1º grau	1
Dirigente 2º grau	3
Docentes	423
Técnico Superior	76
Informática	13
Assistente Técnico	60
Assistente Operacional	49
	625

O período de relato abrangido pelas presentes demonstrações financeiras é de 1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018. São também apresentados, para efeitos de comparabilidade, os valores que correspondem ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

## **Referencial contabilístico e demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez em 2018, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Nessa medida foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (SNC-AP) relevantes para a entidade, tendo em vista a dar uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

De acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP elaborado pela CNC, as primeiras demonstrações financeiras de uma entidade preparadas nos termos do novo normativo devem incluir o ano anterior como informação comparativa, podendo basear-se no normativo contabilístico anterior (POC-Educação), sem necessidade de o reexpressar com base nas NCP relevantes, através de uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras definidas em SNC-AP. Esta situação acarretou a perda de comparabilidade entre 2017 e 2018, sendo retomada com as demonstrações financeiras para 2019.

Nos termos da NCP 1, as entidades devem efetuar um conjunto de divulgações específicas no primeiro período de relato em que aplicam o SNC-AP, em concreto a forma como a transição do POC-Educação afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados, através da reconciliação do balanço a 31/12/2017 preparado em POC-Educação, convertido para as rubricas definidas em SNC-AP, com o balanço de abertura a 01/01/2018 de acordo com o SNC-AP.

De referir ainda que 01/01/2018, foi efetuada a reclassificação dos ativos tangíveis e intangíveis, de acordo com o Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

A  
R

## Reconciliação para o Balanço de Abertura

Rubricas (1)	Váries conforme POC-E 31/12/2017 (2)	Reconhecimento (3)	Desreconhecimento (4)	Critérios de mensuração (5)	Impéndices /Reversões (6)	Outros (7)	Retificações (8)	Reclassificações (9)	SNC-AP 01/01/2018 (2)+...+(9)
<b>ATIVO</b>									
<b>Ativo não corrente</b>									
Ativos fixos tangíveis	52 274 526,85							-180 731,10	52 093 795,75
Propriedades de investimento								0,00	
Ativos intangíveis	10 510,95							180 731,10	191 242,05
Ativos biológicos	0,00							0,00	
Participações financeiras	0,00							0,00	
Devedores por empréstimos bonificados e	0,00							0,00	
Acionistas / sócios / associados								0,00	
Outros ativos financeiros	0,00							0,00	
Ativos por impostos diferidos	0,00							0,00	
Subtotal	52 285 037,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52 285 037,80
<b>Ativo corrente</b>								0	
Inventários	35 409,37								35 409,37
Ativos biológicos	0,00							0,00	
Devedores por transferências e subsídios	0,00							0,00	
Devedores por empréstimos bonificados e	0,00							0,00	
Clientes, contribuintes e utentes	200 590,47								200 590,47
Estado e outros entes públicos	0,00							0,00	
Acionistas / sócios / associados								0,00	
Outras contas a receber	139 774,66								139 774,66
Diferimentos	40 475,07								40 475,07
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00							0,00	
Outros ativos financeiros	0,00							0,00	
Caixa e depósitos	738 103,17								738 103,17
Subtotal	1 154 352,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 154 352,74
<b>Total do Ativo</b>	<b>53 439 390,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>53 439 390,54</b>
<b>PRIMÓDIO LÍQUIDO</b>									
Património / Capital	24 041 205,46								24 041 205,46
Ações (quotas) próprias	0,00							0,00	
Outros instrumentos de capital próprio	0,00							0,00	
Prémios de emissão	0,00							0,00	
Reservas	0,00							0,00	
Resultados transitados	-5 364 302,25								-5 364 302,25
Ajustamentos em ativos financeiros								0,00	
Excedentes de revalorização	0,00							0,00	
Outras variações no Património Líquido	111 600,69							31 268 054,48	31 379 655,15
Resultado líquido do período	-128 640,62								-128 640,62
Dividendos antecipados	0,00								0,00
Interesses que não controlam	0								0
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>18 659 883,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31 268 054,48</b>	<b>49 927 917,74</b>
<b>PASSIVO</b>									
<b>Passivo não corrente</b>									
Provisões	8 502,40								8 502,40
Financiamentos obtidos								0,00	
Fornecedores de investimentos								0,00	
Responsabilidade por benefícios pós-emprego								0,00	
Passivos por impostos diferidos								0,00	
Outras contas a pagar								0,00	
Subtotal	8 502,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 502,40
<b>Passivo corrente</b>									
Credores por transferências e subsídios	0,00								0,00
Fornecedores	72 940,32								72 940,32
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes								0,00	
Estado e outros entes públicos	707 689,03								707 689,03
Acionistas / sócios / associados								0,00	
Financiamentos obtidos	0,00							0,00	
Fornecedores de investimentos	0,00							0,00	
Outras contas a pagar	2 717 042,88								2 717 042,88
Diferimentos	31 273 352,65								-31 268 054,48
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00								5 298,19
Outros passivos financeiros	0,00								0,00
Subtotal	34 771 024,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-31 268 054,48	3 502 970,40
<b>Total do Passivo</b>	<b>34 779 527,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-31 268 054,48</b>	<b>3 511 472,80</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>53 439 390,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>53 439 390,54</b>

A desagregação dos valores inscritos na rubrica do Balanço de Caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2018, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

Conta	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	2,00	9,8
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	130 432,22	435 234,78
Depósitos bancários à ordem	116 797,12	302 858,59
Depósitos a prazo		
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>247 231,34</b>	<b>738 103,17</b>

## 2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Os principais princípios contabilísticos e critérios de mensuração utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

### a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do IPCB, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

### b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de *software*, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele adviem benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial a data de aquisição e o seu justo valor nessa data.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil.

A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em

*A  
M  
R*

que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos intangíveis adquiridos até 31/12/2017.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

### c) Ativos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o IPCB benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos fixos tangíveis adquiridos até 31/12/2017.

i - Os bens do ativo imobilizado adquiridos ou obtidos por cedência, transferência e doação até 31/12/2001, com exceção dos edifícios e viaturas, encontram-se valorizados ao custo histórico.

iii – Os edifícios foram objeto de avaliação inicial por uma empresa corretora de seguros, Secrebeiras, Lda, em 05 de maio de 2003.

A  
R

Face à necessidade da desagregação do valor patrimonial dos terrenos do valor patrimonial dos edifícios, o património urbano e rústico foi objeto de nova avaliação por uma entidade independente, o Engenheiro Agrónomo Luís Franco Mira, em abril de 2012 e retroagindo a dezembro de 2011, tendo sido solicitada a homologação à Direção Geral do Património.

À data do balanço a dezembro de 2018, o valor líquido contabilístico ascendia a 41.663.681,73€, com base na nova avaliação.

De acordo com esta avaliação, o valor dos terrenos e dos edifícios encontram-se espelhados em separado nas demonstrações financeiras.

v – As viaturas, com exceção das viaturas existentes na Escola Superior Agrária, foram objeto de avaliação por uma Comissão designada pelo Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, conforme consta do ponto 2.4.4, do Manual de Procedimentos de Inventário.

A referida avaliação teve como critério o custo de mercado e foi aprovada em Conselho Administrativo a 17 de setembro de 2003.

vi – As viaturas afetas à Escola Superior Agrária foram objeto de avaliação por uma Comissão de Avaliação. O valor patrimonial das viaturas foi apurado em função da data da 1<sup>a</sup> matrícula, estado de conservação e desvalorização das marcas e modelos.

A referida avaliação foi aprovada em Conselho de Gestão, a 25 de julho de 2010.

#### Imparidade de Ativos fixos tangíveis:

A entidade avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo e reconhece nos resultados do período a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico. Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta, entre outras, as seguintes situações:

- Diminuição significativa durante o período, do valor de mercado de um ativo superior à que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorrência no período ou provável ocorrência no futuro próximo de alterações significativas com um efeito adverso na entidade relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo.

A  
d  
F

#### d) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo IPCB é o Custo Médio.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registo contabilísticos.

#### e) Rendimentos de Transações com Contraprestação

O rendimento proveniente de prestações de serviços, vendas de bens e uso de terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares, é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

#### f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

##### i. Provisões

As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar uma obrigação presente.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha à data do balanço, uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser fiavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada período de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nessa data.

##### ii. Passivos contingentes

Um Passivo Contingente é:

A  
M  
F.

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos seja exigida para a liquidar, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos de recursos futuros que não seja remota.

### iii. Ativos contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem não ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável um influxo de benefícios económicos futuros.

A entidade não reconheceu no período qualquer provisão, nem existem ativos ou passivos contingentes.

### g) Rendimentos de Transações sem Contraprestação

Um influxo de recursos de uma transação sem contraprestação que não sejam serviços em espécie, que satisfaça a definição de ativo deve ser reconhecido como tal quando, e somente for provável que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço fluam para a entidade e o justo valor do ativo possa ser mensurado como fiabilidade.

### h) Acontecimentos após a data do balanço

A entidade ajusta as suas demonstrações financeiras relativamente a acontecimentos após a data do balanço que proporcionem prova de condições já existentes naquela data.

Os acontecimentos que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, não são ajustados nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando materialmente relevantes.

### i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações deste reconhecidas por contrapartida de resultados.

A  
P  
R

A mensuração dos restantes ativos e passivos financeiros é feita ao custo. Em cada data de relato, caso existam evidências objetivas de que estes ativos financeiros se encontram em situação de imparidade, é reconhecida a respetiva perda no resultado do período.

#### j) Benefícios dos empregados

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídios de férias e de Natal, contribuições para a segurança social e eventuais prémios.

De acordo com a legislação laboral, o direito a férias e subsídio de férias, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos e passivos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo, no período em que os serviços foram prestados.

#### k) Património

##### i. Resultados transitados

Esta conta inclui os resultados de exercícios anteriores.

##### ii. Outras Variações no Património Líquido

Referem-se a transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis, doações recebidas e transferências de bens cedidos e recebidos temporariamente.

#### l) Especialização de gastos

O IPCB regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

As transferências correntes obtidas do Orçamento de Estado, resultantes do orçamento aprovado para o exercício e subsequentes alterações orçamentais, são reconhecidas como ganho no exercício em que ocorre o seu recebimento.

A responsabilidade com férias e subsídios de férias é registada como gasto do ano em que o pessoal adquire o direito ao gozo das férias. Em consequência, o valor das férias e dos subsídios de férias vencidos e não pagos à data do balanço foi estimado e incluído na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos”.

As transferências de capital obtidas do Orçamento de Estado ou outras entidades são registadas na rubrica “593 - Transferências e subsídios de capital”, sendo reconhecidas nas demonstrações de resultados proporcionalmente às depreciações subsidiadas.

A  
R

Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas depreciações, foi reconhecido o seu gasto.

A conversão para euros dos valores expressos originariamente noutras divisas foi efetuada pela cotação em vigor à data das operações.

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras do IPCB são continuamente avaliadas, representando, à data de cada relato, a melhor estimativa tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

## **Outras políticas contabilísticas relevantes**

Estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras os pressupostos constantes da estrutura conceptual, nomeadamente:

### **Continuidade**

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto de que a entidade continuará a operar no futuro previsível, não tendo a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações. NCP1

### **Regime do acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

### **Prudência**

Os juízos necessários ao fazer as estimativas requeridas em condições de incerteza, incluem um grau de precaução de forma a não sobreavaliar os ativos ou os rendimentos nem subavaliar os passivos ou os gastos.

## **Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, bem como as quantias relatadas de rendimentos e de gastos do período.

A  
M  
R

Na preparação das Demonstrações financeiras, o Conselho de Gestão baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e correntes.

Em particular o órgão de gestão avaliou a capacidade da entidade prosseguir as suas atividades considerando não existirem incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da aplicação do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras.

## **Principais pressupostos relativos ao futuro**

A entidade considera não existirem, nesta data, riscos significativos, suscetíveis de provocar ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas de ativos e passivos até ao final do período seguinte.

## **Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas efetuadas têm por referência a data de relato e são baseadas no melhor conhecimento existente, na experiência de eventos passados e correntes e nas ações que se planeiam realizar. Contudo, poderão ocorrer situações futuras que, não sendo previsíveis à data da aprovação destas demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das estimativas efetuadas.

A  
R  
F

### 3. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	222 475,18	156 782,54	0,00	65 692,64	1659 677,49	1619 290,40	0,00	40 387,09
Propriedade industrial e intelectual	13 971,88	3 460,93	0,00	10 510,95	11273,81	762,86	0,00	10 510,95
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	115 038,46			115 038,46	84 703,79			84 703,79
<b>Total</b>	<b>351 485,52</b>	<b>160 243,47</b>	<b>0,00</b>	<b>191 242,05</b>	<b>1755 655,09</b>	<b>1620 053,26</b>	<b>0,00</b>	<b>135 601,83</b>

Os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis e as respetivas amortizações do período foram os seguintes:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>									
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	65 692,64	1453 488,64	0,00	0,00	0,00	0,00	-59 466,54	0,00	-1419 327,65
Propriedade industrial e intelectual	10 510,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 510,95
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	115 038,46	29 028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-59 362,67
<b>Total</b>	<b>191 242,05</b>	<b>1 482 516,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-59 466,54</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 478 690,32</b>
									<b>135 601,83</b>

Em 2018 destacam-se os aumentos decorrentes dos ajustamentos no âmbito da transição para SNC-AP, no valor líquido de 180.731,10 Euros, relativos a ativos que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POC-Educação, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a esta classe de ativos. Verificou-se ainda, no exercício, a reclassificação de Ativos fixos tangíveis para Ativos intangíveis no valor líquido de 4.156,10 euros.

Os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis e as respetivas adições do período foram os seguintes:

A  
M  
R

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computadores e sistemas de informação	0,00	29 709,25	0,00	1423 779,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1453 488,64
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	29 028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 028,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>58 737,25</b>	<b>0,00</b>	<b>1 423 779,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 482 516,64</b>

Os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis e as respetivas diminuições do período foram os seguintes:

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computadores e sistemas de informação	0,00	- 1417 815,19	0,00	- 1512,46	- 1419 327,65
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	- 59 362,67	0,00	0,00	- 59 362,67
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>- 1 477 177,86</b>	<b>0,00</b>	<b>- 1 512,46</b>	<b>- 1 478 690,32</b>

#### 4 – Acordos de concessão de serviços: Concedente

Quadro 4.1 — Acordos de concessão de serviços: concedente

N.º Contrato	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos do concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato n.º 1/2017	João Afonso Araújo Baptista	Concessão do direito de exploração do Centro Equestre da ESA	26/02/2017 a 25/02/2032	44 034,00	2 460,00	2 460,00	39 114,00

A  
R

## 5. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia escriturada
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	19 915 610,48	0,00	0,00	19 915 610,48	19 915 610,48	0,00	0,00	19 915 610,48
Edifícios e outras construções	33 127 111,25	3 157 049,47	0,00	29 970 061,78	33 099 057,10	3 441 749,28	0,00	29 657 307,82
Equipamento básico	9 904 623,69	8 240 211,57	0,00	1 664 412,12	8 458 496,77	7 238 232,33	0,00	1 220 264,44
Equipamento de transporte	469 738,22	379 445,08	0,00	90 293,14	483 862,94	419 566,47	0,00	64 296,47
Equipamento administrativo	7 091 921,31	6 733 664,76	0,00	358 256,55	6 033 314,26	5 722 333,90	0,00	310 980,36
Equipamentos biológicos	64 707,35	33 115,18	0,00	3 1592,17	60 657,35	37 232,30	0,00	23 425,05
Outros ativos fixos tangíveis	1 130 731,83	1 067 162,32	0,00	63 569,51	2 621 783,68	2 377 532,50	0,00	244 251,18
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>7 170 4 444,13</b>	<b>19 610 648,38</b>	<b>0,00</b>	<b>52 093 795,75</b>	<b>70 672 782,58</b>	<b>19 236 646,78</b>	<b>0,00</b>	<b>51 436 135,80</b>

Os movimentos ocorridos nos Ativos tangíveis e as respetivas amortizações do período foram os seguintes:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>									
Terrenos e recursos naturais	19 915 610,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 915 610,48
Edifícios e outras construções	29 970 061,78	28 631,55	0,00	0,00	0,00	0,00	-313 331,36	-28 054,15	29 657 307,82
Equipamento básico	1 664 412,12	1 596 467,63	0,00	0,00	0,00	0,00	-428 921,69	-161 693,62	1 220 264,44
Equipamento de transporte	90 293,14	14 124,72	0,00	0,00	0,00	0,00	-25 996,67	-14 124,72	64 296,47
Equipamento administrativo	358 256,55	1374 190,06	0,00	0,00	0,00	0,00	-182 718,73	-1238 747,52	310 980,36
Equipamentos biológicos	3 1592,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 352,48	-18 14,64	23 425,05
Outros ativos fixos tangíveis	63 569,51	1 498 018,78	0,00	0,00	0,00	0,00	-90 996,86	-1224 340,23	244 251,18
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	103 485,84	-103 485,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>52 093 795,75</b>	<b>4 612 918,56</b>	<b>-103 485,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1048 317,79</b>	<b>0,00</b>	<b>-4 118 774,88</b>
									<b>51 436 135,80</b>

Em 2018 destacam-se as diminuições decorrentes dos ajustamentos no âmbito da transição para SNC-AP, no valor líquido de 180.731,10 Euros, relativos a ativos que haviam sido reconhecidos nesta classe de ativos de acordo com o POC-Educação, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra classe de ativos, designadamente Ativos intangíveis. Devido ainda à referida alteração aos normativos contabilísticos foram efetuadas também reclassificações entre as diversas contas do Ativo fixo tangível não se verificando alterações ao valor global líquido. Verificou-se ainda, no exercício, a reclassificação de Ativos fixos tangíveis para Ativos intangíveis no valor líquido de 4.156,10 euros.

A  
A  
R

Os movimentos ocorridos nos Ativos tangíveis e as respetivas adições do período foram os seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência a ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	28 631,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 631,55
Equipamento básico	0,00	165 566,70	0,00	1430 900,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1596 467,63
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	14 124,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 124,72
Equipamento administrativo	0,00	19 100,06	0,00	1355 090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1374 180,06
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	50 921,41	0,00	1445 097,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1496 018,76
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	103 485,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103 485,84
Total	0,00	339 074,01	0,00	4 273 844,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 612 918,56

Os movimentos ocorridos nos Ativos tangíveis e as respetivas diminuições do período foram os seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	-28 054,15	0,00	0,00	0,00	-28 054,15
Equipamento básico	0,00	-1611693,62	0,00	0,00	0,00	-1611693,62
Equipamento de transporte	0,00	-14 124,72	0,00	0,00	0,00	-14 124,72
Equipamento administrativo	0,00	-1238 747,52	0,00	0,00	0,00	-1238 747,52
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	-1814,64	-1814,64
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	-1224 340,23	0,00	0,00	0,00	-1224 340,23
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	-4 116 960,24	0,00	0,00	-1814,64	-4 118 774,88

## 10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	718,65	0,00	718,65
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	19 623,11	0,00	19 623,11
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00
<b>TOTAL</b>	<b>20 341,76</b>	<b>0</b>	<b>20 341,76</b>

*A  
M  
R.*

Os movimentos ocorridos no período constam do quadro seguinte:

Rubrica	Quantia escritura da inicial	Movimentos do período							Quantia escritura da final
		Compras líquidas	Consumos/ Gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	718,65	0,00	0,00		0,00	0,00			718,65
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	22 885,63	116 729,27	139 614,90		0,00	0,00			0,00
Produtos acabados e intermédios	11 805,09			7 818,02	0,00	0,00			19 623,11
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00			0,00	0,00	0,00			0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00			0,00					0,00
<b>TOTAL</b>	<b>35 409,37</b>	<b>116 729,27</b>	<b>139 614,90</b>	<b>7 818,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20 341,76</b>

### 13. Rendimento de transações com contraprestação

Rendimentos com contraprestação	31/12/2018	31/12/2017
Impostos, contribuições e taxas	3 498 518,97	3 211 189,53
Vendas de Mercadorias	94 061,74	84 664,29
Prestações de Serviços	333 829,22	267 104,58
<b>Outros proveitos e ganhos</b>		
Proveitos suplementares	13 719,65	10 712,07
<b>TOTAL</b>	<b>3 940 129,58</b>	<b>3 573 670,47</b>

Os rendimentos de transações com contraprestação são reconhecidos conforme divulgado na alínea e), nota 2. O método utilizado para determinar a fase de acabamento das transações que envolvam a prestação de serviço é o da percentagem de acabamento.

## **14.Rendimento de transações sem contraprestações**

<b>Rendimentos sem contraprestações</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Transferências e subsídios correntes obtidas	18 625 288,32	18 323 698,96
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>		
Ganhos em investimentos	11378,56	43 059,67
Começões relativos a períodos anteriores	40 990,16	8 773,79
Imputação de subsídios e transf. investimentos	727 777,90	714 338,06
Outros não especificados	1117,45	508 563,67
<b>Total Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>19 406 552,39</b>	<b>19 598 434,15</b>

Os rendimentos de transações sem contraprestação são reconhecidos conforme divulgado na alínea g), nota 2.

O valor reconhecido em transferências correntes refere-se a transferências do Orçamento Geral do Estado para funcionamento, no montante de 17.141.141,00 euros, e o montante de 1.427.728,48 euros relativo a transferências correntes provenientes do FSE, FEDER, FEOGA, Junta de Freguesia e Câmaras Municipais e outras entidades. Foram ainda obtidos subsídios correntes no montante de 56.418,84 euros.

## **17. Acontecimentos após a data de relato**

As Demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão a 13 de junho de 2019.

Após a data do balanço não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam nessa data. Pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

A  
M  
R

## 18. Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros encontram-se mensurados conforme indicado na alínea i) da nota 2.

### 18.1 Ativos financeiros mensurados ao custo menos imparidade

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Clientes c/c	48 277,26	42 614,41
Alunos c/c	216 057,80	157 976,06
Utentes c/c	1 500,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	335 253,27	456 935,98
Perdas por imparidades acumuladas	-335 253,27	-456 935,98
<b>Total clientes, contribuinte e utentes</b>	<b>265 835,06</b>	<b>200 590,47</b>
Adiantamento a Fornecedores	1 537,60	35,82
Outros devedores por transferências	8 136,21	8 136,21
Outros devedores	121 075,27	37 578,55
Devedores por acréscimos de rendimentos	188 056,87	102 067,10
Perdas por imparidades acumuladas	-29 026,48	-8 043,02
<b>Total outras contas a receber</b>	<b>289 779,47</b>	<b>139 774,66</b>

No exercício foi reconhecida no resultado uma perda por imparidade no montante de 350.911,12 euros dividido por clientes, contribuintes e utentes 329.887,99 euros e por outros devedores 21.023,13 euros. Foi ainda reconhecida uma reversão de perdas por imparidade no valor de 451.610,37 euros.

### 18.2 Passivos financeiros mensurados ao custo menos imparidade

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	- 102 598,15	- 72 940,32
Fornecedores de investimentos	- 44 416,01	0,00
<b>Outras Contas a Pagar</b>		
Remunerações a liquidar	- 2 776 603,54	- 2 697 605,01
Outros acréscimos de gastos	- 17 940,16	- 14 492,94
Outros credores	- 17 296,01	- 4 944,91
<b>Total Outras Contas a Pagar</b>	<b>- 2 811 839,71</b>	<b>- 2 717 042,86</b>
<b>Total</b>	<b>- 2 958 853,87</b>	<b>- 2 789 983,18</b>

A  
R

## 19. Benefícios dos empregados

Em 31 de dezembro de 2018 a entidade empregava 625 funcionários.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Gastos com Pessoal		
Remunerações dos Orgãos Directivos	808 282,01	966 518,25
Remunerações do Pessoal	15 346 865,69	14 825 769,47
Prémios para Pensões		
Encargos sobre Remunerações	3 590 017,20	3 531 057,39
Seguros de Acidentes de Trabalho	2 019,33	
Gastos de Ação Social		
Outros encargos sociais	40 156,28	15 703,22
Outros gastos com o Pessoal	4 060,56	32 427,52
Formação do Pessoal		
<b>Total</b>	<b>19 791 401,07</b>	<b>19 371 475,85</b>

## 20. Divulgações de partes relacionadas

Quadro 20.3 – Divulgações de partes relacionadas – Listagem de entidades controladas

Designação	Sede
Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco	Av. Pedro Álvares Cabral, 12, 6000-084 Castelo Branco

## 23. Outras Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período:

Diferimentos – Gastos Reconhecer

Em 31 de dezembro de 2018, as rubricas de Diferimentos - Gastos a Reconhecer, tinha a seguinte composição:

281 - Diferimentos - Gastos a reconhecer	Movimento em 31/12/2018	
Saldo Inicial	40 475,07	D
Seguros	1 611,10	D
Trabalhos especializados - Proj. informática	9 429,14	D
Regularização de Gastos a Reconhecer 2017	39 131,74	C
<b>Saldo final</b>	<b>12 383,57</b>	<b>D</b>

## Diferimentos – Rendimentos a Reconhecer

Em 31 de dezembro de 2018, as rubricas de Diferimentos - Rendimentos a Reconhecer, tinha a seguinte composição:

<b>282 - Diferimentos - Rendimentos a Reconhecer</b>	<b>Movimento em 31/12/2018</b>	
Saldo inicial	5 298,19	C
Regularização inst gás natural	3 053,65	D
<b>Saldo final</b>	<b>2 244,54</b>	<b>C</b>

## Estado e Outros Entes Públicos

<b>Impostos</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>IRS - Imposto s/ Rendimento</b>	<b>- 265 182,14</b>	<b>- 268 239,11</b>
<b>Retenções na Fonte</b>	<b>- 263 701,00</b>	<b>- 267 235,00</b>
<b>Retido pelos SAS - IPCB</b>	<b>- 263 701,00</b>	<b>- 267 235,00</b>
<b>Cat. A Trab. Dependente</b>	<b>- 263 701,00</b>	<b>- 267 235,00</b>
Dezembro	- 263 701,00	- 267 235,00
<b>Cat. A Trab. Independente</b>	<b>- 1481,14</b>	<b>- 1004,11</b>
Dezembro	- 1481,14	- 1004,11
<b>Imp. s/ Valor Acresentado a Pagar</b>	<b>- 30 930,64</b>	<b>- 12 019,15</b>
4º Trimestre	- 30 930,64	- 12 019,15
<b>Contribuições para Segurança Social</b>	<b>- 383 333,22</b>	<b>- 425 765,51</b>
ADSE		- 35 579,20
Caixa Geral de Aposentações - Regime Geral	- 95 953,15	- 99 019,39
Segurança Social - Regime Geral	- 25 319,89	- 24 336,71
Segurança Social - Entidade Patronal	- 54 619,79	- 52 517,05
Caixa Geral de Aposentações - Entidade Patronal	- 207 440,39	- 214 313,16
<b>Outras Tributações</b>	<b>- 2 103,16</b>	<b>- 1665,26</b>
<b>Total</b>	<b>- 681 549,16</b>	<b>- 707 689,03</b>

**Fornecimentos e Serviços Externos**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>1 753 189,86</b>	<b>1 489 703,74</b>
Conservação e reparação	216 818,25	83 858,36
Eletricidade	307 449,57	315 560,10
Combustíveis e lubrificantes	181 297,20	150 352,01
Trabalhos especializados	57 1672,18	355 370,56
Água	47 119,20	44 517,56
Seguros	120 269,26	45 858,66
Peças ferramentas e utens. desgaste rápido	11 246,80	35 710,79
Outros fornecimentos e serviços	3 969,55	237 708,12
Art. Higiene e limpeza, vest. Art. Pessoais	1 563,37	2 940,82
Deslocações e estadas	91 877,08	88 202,49
Outros serviços especializados	12 009,23	
Comunicações	16 066,14	17 852,39
Produtos químicos e de laboratórios	73 933,74	
Outros materiais	14 687,14	5 124,76
Material de educação cultura e recreio	18 934,29	12 712,16
Subcontratos e concessão de serviços	1 505,11	
Material de escritório	7 535,50	5 944,64
Publicidade comunicação e imagem	52 811,25	78 012,15
Transporte de pessoal	2 425,00	9 978,17

A  
M  
F.

## Transferências e subsídios concedidos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>Nome da entidade</b>		
Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco	23 094,24	0,00
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	111,74	0,00
Instituto Politécnico Coimbra	938,61	100 915,47
Instituto Politécnico Guarda	9 672,12	34 515,01
Instituto Politécnico Leiria	37 085,15	80 806,74
Instituto Politécnicos Santarém	5 434,17	24 827,14
Instituto Politécnico Portalegre	4 611,31	24 176,09
Instituto Politécnico Tomar	3 762,22	24 005,50
Instituto Politécnico Bragança	1282,94	0,00
Instituto Politécnico Viseu	1408,00	36 825,71
Município de Castelo Branco	382,50	0,00
Município de Idanha-a-Nova	382,50	0,00
Centro de Inovação Competitiva da Floresta	1988,77	0,00
NATURTEJO	246,88	0,00
ECOGERMINAR	3 348,41	0,00
EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza.	915,71	0,00
Bolseiros, Alunos,Pessoal docente e Pessoal não docente	470 149,14	311 481,52
<b>Total</b>	<b>564 814,41</b>	<b>637 553,18</b>

## Outros gastos e perdas

Contas	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e taxas	102,00	6 273,00
<b>Gastos e perdas em investimentos não financeiros</b>		
Abates	15 12,46	313,95
<b>Correções relativas a períodos anteriores</b>		
Devolução de transferências e subsídios obtidos	523 979,68	18 004,86
Correção Depreciações		42 288,70
Outras correções	3 842,90	3 175,69
Quotizações	17 464,56	9 430,00
Outros não especificados	3 968,56	28 819,86
<b>TOTAL</b>	<b>550 870,16</b>	<b>108 306,06</b>

*A  
M  
P*

Património, reservas e resultados transitados

CONTAS	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	24 041 205,46			24 041 205,46
56 Resultados Transitados	- 5 364 302,25		128 640,62	- 5 492 942,87
593 - Transferências e subsídios de capital	31 268 054,46	54 830,18	768 901,57	30 553 983,07
594 - Doações obtidas	224 453,58			224 453,58
597 - Transferências de ativos	- 112 852,89			- 112 852,89
88 Resultado Líquido do Exercício	- 128 640,62	128 640,62	452 475,49	- 452 475,49
<b>T O T A L</b>	<b>49 927 917,74</b>	<b>183 470,80</b>	<b>1 350 017,68</b>	<b>48 761 370,86</b>

- a) Transferência do resultado líquido de 2017 de 128 640,62 euros para a conta de Resultados Transitados.
- b) Por contrapartida da conta imputação de subsídios e transferência para investimentos foi reconhecido o valor dos Subsídios para Investimentos no montante de 768.901,57 euros. Este valor regulariza as depreciações do exercício dos bens financiados por transferências de capital.
- c) Subsídio ao investimento recebido referente ao projeto SAMA 2018 no montante de 13 706,51 euros.
- d) Verba recebida do projeto SAMA ainda não aplicada no montante de 41 123,67 euros
- e) Foi apurado o Resultado Líquido do Exercício para 2018 no montante de -452 475,49 euros.

## 24 Divulgações exigidas por diplomas legais

### Sector público estatal

Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, informa-se que a entidade não tem dívidas em mora ao Estado.

### Segurança social

Em cumprimento do estipulado pelo artigo 210º da Lei n.º 110/2009, informa-se que a entidade não tem dívidas em mora à segurança social.

O Responsável

*Rosa S. Guedes*

13/06/2019

O Conselho de Gestão

*(Assinatura)*  
*Alvador*  
*W.Bonand@reisn.pt*

13/06/2019